

PROCESSO - A.I. Nº 03642342/00
RECORRENTE - GREEN PHARMA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE RECURSO VOLUNTÁRIO
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 08/10/02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0371-11/02

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento do recurso, por ter sido apresentado fora do prazo legal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Inconformado com a intempestividade decretada em relação ao seu Recurso voluntário, quanto ao Acórdão Junta de Julgamento Fiscal nº 0195-03/02, interpõe Recurso de Impugnação ao Arquivamento o autuado.

Transcreve o artigo 10 do Decreto nº 7629/99 e o seu § 2º, para fundamentar a sua irrisignação.

Afirma que recebeu a intimação inerente ao processo, no dia 29.07.02, finando o seu prazo para recorrer no dia 08.08.02.

Na data de 07.08.02 o patrono do recorrente, obteve informações do Sr. Alberto Fiate, da INFAZ Simões Filho, que poderia enviar o Recurso Voluntário através do Correios, sendo considerada como data de protocolo a data da postagem.

Sendo assim, na data de 08.08.02 foi postado pelo recorrente, no posto local da E.C.T., logo considerando tempestivo o Recurso.

Surpreendida pela Decisão que considerou intempestivo o Recurso formulado, apresenta decisões do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás sobre a matéria, e pede que seja reconsiderada a Decisão guerreada, e que seja recebido e julgado o Recurso Voluntário interposto.

A PROFUZ analisa o Recurso, afirma que não existe previsão legal para apresentações de petições ou Recursos nos correios, sendo que o RPAF prevê a entrega no domicílio fiscal do contribuinte, ou podendo ser estendido a qualquer repartição fiscal sem lhe trazer prejuízo.

Opina pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso.

VOTO

Neste Recurso de Impugnação ao Arquivamento, concordo integralmente com o Parecer PROFUZ exarado a folha nº 1413 deste Processo.

O recorrente além de ser reincidente, pois já teve uma decretação de intempestividade elidida por esta 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, nada apresenta para justificar esta nova intempestividade quanto ao seu Recurso Voluntário.

As duas decisões apresentadas neste Recurso, são inerentes a Agravos de Instrumento, e não se prestam para lhe socorrer nesta situação.

Se está situada em Goiânia e o Recurso inerente ao Estado da Bahia, deveria ser mais diligente para não perder os prazos previstos pelo RPAF/99.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO deste Recurso.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **03642342/00**, lavrado contra **GREEN PHARMA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$540.294,58**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 61, II, “d”, da Lei nº 4.825/89, alterada pela Lei nº 6.934/96 e no art. 42, II, “e”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos monetários.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de setembro de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

ADRIANA LOPES VIANNA DIAS DE ANDRADE - REPR. DA PROFAZ